ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

Aos 22 dias do mês de abril do ano de 2026, presentes de um lado, o **MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o 01.616.039/0001-09, com sede administrativa localizada na Rua Adolfo Soletti, nº 750, bairro Centro, CEP nº 89530-000, nesta cidade de Frei Rogério, SC, representado pelo Prefeito senhor **Ivo José Mazzuco** no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – OUROLIMPE ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.193.845/0001-25, com endereço na Rua Coronel Ozorio Fagundes, nº S/N, Bairro Jardim Bela Vista, no município de Campos Novos/SC, CEP 89.620-000, neste ato representada por **Airton Silva Motta**, inscrito(a) no CPF sob nº 947.***.**9-00, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Administrativo Licitatório nº 08/2026, Pregão Eletrônico nº 02/2026, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente ATA tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: **a aquisição futura e de forma parcelada de gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar, e para alunos dos participantes SCVF, pelo período de 12 meses, com entrega parcelada conforme autorizações de fornecimento e cronograma de entrega fornecido pela Secretaria Municipal de Educação**. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo de Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

Tabela de itens do fornecedor:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
24	AMENDOIM, GRUPO: AMENDOIM DESCASCADO, SUBGRUPO: SELECIONADO (MOREIRADO), CLASSE: MIUDO, TIPO: 1, COM PELE. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 400G.	Unidades	fonte nova	400	5,60	2.240,00
29	ACUCAR ESPECIAL REFINADO EMBALAGEM PLASTICA 5 KG.	Pacotes	doceçucar	200	17,30	3.460,00
30	ACUCAR MASCAVO EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 01 KG	Kilogramas	dacasa	200	10,90	2.180,00
31	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM DE 1 KG, PRODUTO AMILACEO, EXTRAIDO DO MILHO PARA USO COMO ESPESSANTE. PO FINO, BRANCO E PURO, LIVRE DE QUALQUER ALTERACAO DE AROMA E COLORACAO. EMBALAGEM IMPERMEAVEL, LIMPA, NAO VIOLADA E RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE SEIS	Caixas	apti	400	5,20	2.080,00

	MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
34	AVEIA EM FLOCOS FINOS, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 200G. AVEIA EM FLOCOS FINOS, EMBALAGEM IMPERMEAVEL, LIMPA, NAO VIOLADA E RESISTENTE. A EMBALAGEMDEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	Unidades	sabor e saude	180	2,99	538,20
38	CACAU EM PO 100%: EMBALAGEM COM 200G. CONTENDO DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE E INFORMACOES NUTRICIONAIS. SEM GLUTEN E SEM LACTOSE. SEM ADICAO DE ACUCAR.	Unidades	sabor e saude	350	8,80	3.080,00
41	EXTRATO DE TOMATE LATA CONTENDO 300G. AS LATAS NAO DEVEM SER ENTREGUES AMASSADAS.	Unidades	paladore	600	4,90	2.940,00
45	FERMENTO BIOLOGICO SECO, EMBALAGEM IMPERMEAVEL DE 125G. ALTO PODER FERMENTATIVO, UNIFORMIDADE E FORTE ACAO. NAO NECESSITA DE REFRIGERACAO. VALIDADE DE, NO MINIMO, 6 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	Pacotes	pokmay	10	9,90	99,00
46	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM DE 1KG. POLVILHO OU FECULA DE MANDIOCA, PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DA MANDIOCA. EMBALAGEM EM CONFORMIDADE COM A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 6 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA AO REQUISITANTE.	Kilogramas	prata	100	4,99	499,00
48	CARNE BOVINA, MUSCULO MOIDO, CONGELADA, MAXIMO 10% DE GORDURA, SEM CARTILAGENS E OSSOS, EMBALADA EM PLASTICO DE POLIETILENO, ATOXICO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMANTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, PESO DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. EMBALAGEM CONTENDO 1 KG.	Kilogramas	friprando	1.200	29,00	34.800,00
49	CARNE BOVINA, PATINHO PICADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADA, MAXIMO 10% DE GORDURA, SEM CARTILAGENS E OSSOS, EMBALADA EM PLASTICO DE POLIETILENO, ATOXICO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMANTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, PESO DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.EMBALAGEM CONTENDO 1 KG.	Kilogramas	friprando	1.200	49,00	58.800,00
50	CARNE DE FRANGO, COXA E SOBRECOXA, CONGELADA IQF. EMBALAGEM CONTENDO 1kg. NAO TEMPERADO. EMBALAGEM DO PRODUTO	Kilogramas	aveserra	1.400	9,80	13.720,00

	DEVERA SER SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATOXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMANTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.					
51	CARNE DE FRANGO, COXINHA DA ASA, CONGELADA IQF. EMBALAGEM CONTENDO 1kg. NAO TEMPERADO. EMBALAGEM DO PRODUTO DEVERA SER SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATOXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMANTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Kilogramas	aveserra	1.400	15,52	21.728,00
52	CARNE DE FRANGO, FILEZINHO (SASSAMI), CONGELADO IQF. EMBALAGEM CONTENDO 1kg. NAO TEMPERADO. EMBALAGEM DO PRODUTO DEVERA SER SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATOXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMANTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Kilogramas	aveserra	1.100	20,00	22.000,00
53	CARNE SUINA, LOMBO PICADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADA, MAXIMO 10% DE GORDURA, SEM CARTILAGENS E OSSOS, EMBALADA EM PLASTICO DE POLIETILENO, ATOXICO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. EMBALAGEM CONTENDO 1 KG.	Kilogramas	aveserra	1.100	28,30	31.130,00
54	PRESUNTO, FATIADO, EMBALAGEM PLASTICA ENTRE 150G A 200G, A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Unidades	pamplona	300	7,00	2.100,00
55	REFRIGERADA INGREDIENTE: GORDURA SUINA, EMBALAGEM DE POLIETILENO PADRONIZADA CONTENDO 1 KG, VALIDADE MINIMA DE 3 MESES A CONTAR DA ENTREGA.	Unidades	pamplona	250	14,00	3.500,00
57	CHA MATE TOSTADO NATURAL, CAIXA COM APROX. 40G E 25 SACHES.	Caixas	gostoso	200	2,80	560,00
58	CHA MATE TOSTADO SABOR CANELA, CAIXA COM APROX. 40G E 25 SACHES.	Caixas	leao	200	3,99	798,00
59	CHA MATE TOSTADO SABOR LIMAO, CAIXA COM	Caixas	leao	200	3,99	798,00

	APROX. 40G E 25 SACHES.					
60	CHA MATE TOSTADO SABOR PESSEGO, CAIXA COM APROX. 40G E 25 SACHES.	Caixas	leao	250	3,99	997,50
62	DOCE DE ABOBORA COM COCO, POTE CONTENDO 400G.	Unidades	naturel	200	4,30	860,00
63	DOCE DE GOIABA CREMOSO, POTE CONTENDO 400G.	Unidades	naturel	200	4,30	860,00
64	DOCE DE MORANGO CREMOSO, POTE CONTENDO 400G.	Unidades	naturel	200	4,30	860,00
65	DOCE DE UVA CREMOSO, POTE CONTENDO 400G.	Unidades	naturel	200	4,30	860,00
67	FARINHA DE MILHO BRANCA, BIJU, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 1 KG.	Unidades	bascaroto	120	2,50	300,00
69	Farinha de trigo enriquecida com ferro e acido folico. Embalagem de 5 kg. Farinha de trigo comum, enriquecida com ferro e acido folico. Produto obtido a partir da moagem do trigo duro, limpo, desgerminado, com uma extracao maxima de 20%, com no minimo 7% de proteina, umidade minima entre 13,5 a 15% de cinzas ate o 0,80%, failing number minimo de 240 segundos, ausencia de sujidades, parasitos e larvas, determinados pela portaria 354, de 18 de julho de 1996. Embalagem em conformidade com a legislacao sanitaria vigente, contendo data e fabricacao, a qual nao deve ser superior a 30 dias no ato da entrega, validade minima de 6 meses a contar da data de entrega na unidade requisitante.	Pacotes	clarissima	30	14,00	420,00
70	QUIRERA DE MILHO, EM EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500G.	Pacotes	siloti	350	1,60	560,00
71	FEIJAO PRETO TIPO 1 EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG.	Kilogramas	santo dia	500	4,90	2.450,00
72	FEIJAO VERMELHO, TIPO 1, SAFRA NOVA, GRAOS INTEIROS E SAOS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIEIS, EMBALAGEM CONTENDO 1 KG, TRANSPARENTE E COM DATA DE VALIDADE.	Kilogramas	santo dia	400	11,80	4.720,00
75	LEITE SEMIDESNATADO UHT, SEM LACTOSE, CONSISTENCIA, COR, ODOR E SABOR LACTEO SUAVE E CARACTERISTICO, ELABORADO ATENDENDO AS LEGISLACOES SANITARIAS REFERENTES A PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIM, SIE OU SIF) ENVASADO EM EMBALAGEM CARTONADA ESTERIL (TIPO TETRA PAKÂ®), CONTENDO 1 LITRO, COM ROTULAGEM MINIMA CONFORME.	Litros	terra viva	400	6,00	2.400,00
76	CREME DE LEITE FRESCO (NATA), EMBALAGEM PLASTICA COM TAMPA DE 300G, COM TEOR MINIMO DE GORDURA DE 40%. NAO CONGELADO. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DO LOTE E QUANTIDADE DO PRODUTO, DEVERA APRESENTAR NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Unidades	tirol	500	9,30	4.650,00
77	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO EM LÃ?MINAS. FATIAS INTERFOLHADAS. A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VACUO EM SACO PLASTICO TRASNPARENTE E ATOXICO, LIMPO, NAO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO	Unidades	garcia	1.500	11,00	16.500,00

	PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. EMBALAGEM CONTENDO 150G.					
78	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO, ZERO LACTOSE. UNIDADE C/150G. QUEIJO MUSSARELA PARA DIETAS COM RESTRICAO DE LACTOSE. FATIADO EM LÃ?MINAS. FATIAS INTERFOLHADAS. A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VACUO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, LIMPO, NAO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/ DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. EMBALAGEM CONTENDO 150G. SEM GORDURAS TRANS INDUSTRIALIZADA.	Unidades	garcia	200	10,00	2.000,00
79	REQUEIJAO CREMOSO SABOR NATURAL, RESFRIADO, NAO CONGELADO, EMBALAGEM INTEGRA E INVIOLADA. UNIDADE CONTENDO 200G. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Unidades	tirol	800	9,00	7.200,00
80	REQUEIJAO CREMOSO ZERO LACTOSE. RESFRIADO, NAO CONGELADO, EMBALAGEM INTEGRA E INVIOLADA. UNIDADE CONTENDO ENTRE 180G. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF.	Unidades	tirol	150	10,00	1.500,00
81	IOGURTE, PRODUTO OBTIDO ATRAVES DE LEITE OU LEITE RECONSTITUIDO PADRONIZADO, SABOR MORANGO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA (PACOTE OU GARRAFA) CONTENDO 830 ML. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. VALIDADE MINIMA DE 20 (VINTE) DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (NAO BEBIDA LACTEA).	Unidades	amanhecer	800	8,30	6.640,00
82	IOGURTE, PRODUTO OBTIDO ATRAVES DE LEITE OU LEITE RECONSTITUIDO PADRONIZADO, PARCIALMENTE DESNATADO COM PREPARO DE MORANGO PARA DIETAS COM RESTRICAO DE LACTOSE. EMBALAGEM CONTENDO 170G. (NAO BEBIDA LACTEA)	Unidades	tirol	200	3,30	660,00
83	MANTEIGA COM SAL, EMBALAGEM DE 200G. INGREDIENTES: CREME DE LEITE, CLORETO DE	UNIDADE	tirol	150	10,40	1.560,00

	SODIO E CORANTE NATURAL URUCUM.					
84	MARGARINA CREMOSA COM SAL INTERESTERIFICADA, EMBALAGEM DE 500G. PRODUTO QUE SE APRESENTA SOB FORMA DE EMULSAO PLASTICA OU FLUIDA CONTENDO OBRIGATORIAMENTE OS INGREDIENTES OLEOS E/OU GORDURAS COMESTIVEIS E AGUA, DEVENDO CONTER NO MINIMO 65% DE LIPIDEOS. COM SAL. PARA USO CULINARIO, EMBALADAS EM POTE LIMPO, RESISTENTE, ATOXICO, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE DE PELO MENOS 4 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO INFORMACOES NUTRICIONAIS. DEVE ESTAR EM CONSONÃ?NCIA COM OS NIVEIS TOLERAVEIS NA MATERIA PRIMA EMPREGADA, ESTABELECIDOS PELA LEGISLACAO ESPECIFICA, NO QUE TANGE A RESIDUOS E PESTICIDAS, CONTAMINANTES INORGÃ?NICOS E MICROBIOLOGICOS.	Unidades	dualis	80	7,50	600,00
85	MARGARINA CREMOSA SEM SAL INTERESTERIFICADA, EMBALAGEM DE 500G. PRODUTO QUE SE APRESENTA SOB FORMA DE EMULSAO PLASTICA OU FLUIDA CONTENDO OBRIGATORIAMENTE OS INGREDIENTES OLEOS E/OU GORDURAS COMESTIVEIS E AGUA, DEVENDO CONTER NO MINIMO 65% DE LIPIDEOS. COM SAL. PARA USO CULINARIO, EMBALADAS EM POTE LIMPO, RESISTENTE, ATOXICO, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE DE PELO MENOS 4 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO E INFORMACOES NUTRICIONAIS. DEVE ESTAR EM CONSONÃ?NCIA COM OS NIVEIS TOLERAVEIS NA MATERIA PRIMA EMPREGADA, ESTABELECIDOS PELA LEGISLACAO ESPECIFICA, NO QUE TANGE A RESIDUOS E PESTICIDAS, CONTAMINANTES INORGÃ?NICOS E MICROBIOLOGICOS.	Unidades	cleybom	80	7,50	600,00
86	MACARRAO ALFABETO, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500G.	Unidades	isabela	250	5,50	1.375,00
87	MACARRAO CABELO DE ANJO, COM OVOS, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500G.	Unidades	nordeste	100	5,50	550,00
88	MACARRAO GRAVATINHA, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500G.	Unidades	isabela	200	5,50	1.100,00
89	MACARRAO TALHARIM, COM OVOS, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500G.	Unidades	isabela	100	4,70	470,00
91	MACARRAO TIPO PARAFUSO EMB. PLASTICA CONTENDO 500G COM OVOS, PROCEDENCIA NACIONAL, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÃ?NCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM TIPO SACOS DE POLIETILENO, TERMOSSOLDADA, TRANSPARENTES, ATOXICOS E RESISTENTES. PRAZO MINIMO DE VALIDADE MINIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Pacotes	picinini	250	2,60	650,00
96	OREGANO, EMBALAGEM PLASTICA DE 100G. PROVENIENTE DAS FOLHAS DA PLANTA ORIGANUM VULGARE L., POPULARMENTE CONHECIDO COMO Â?OREGANOÂ? ACOMPANHADA OU NAO DE	Unidades	sabor e saude	70	4,30	301,00

	PEQUENA PORCAO DE SUMIDADES FLORAIS. SAS, LIMPAS E SECAS. ASPECTO: FOLHA OVALADA SECA. COR: VERDE-PARDACENTA. CHEIRO: PROPRIO. SABOR: PROPRIO. LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS, FUNGOS OU CANTAMINANTES. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, E NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA. DATA E VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.					
97	LOURO EM FOLHA, EMBALAGEM SELADA CONTENDO APROXIMADAMENTE 8G.	Unidades	apti	100	1,99	199,00
98	COLORIFICO (COLORAU) EM PO. CONDIMENTO PURO, LIVRE DE SUJIDADES E CONTAMINANETES. ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, INTEGRO, ATOXICO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE E VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA. A EMBALAGEM DEVE CONTER 500G DO PRODUTO. DATA E VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	Unidades	nutriouro	60	4,30	258,00
99	CRAVO DA INDIA C/ EMBALAGEM DE 20 G.	Pacotes	apti	60	2,99	179,40
100	CANELA-DA-CHINA EM CASCA (RAMA), EMBALAGEM SELADA CONTENDO APROXIMADAMENTE 20G.	Unidades	apti	80	2,99	239,20
101	CANELA-DA-CHINA EM PO, PROVENIENTE DE CASCAS SAS, LIMPAS E SECAS. PURA, LIVRE DE SUJIDADES E CONTAMINANTES. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, E NUMERO DO REGISTRO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA. A EMBALAGEM DEVE CONTER NO MINIMO 30G DE PESO LIQUIDO. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	Unidades	apti	80	2,90	232,00
104	SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL CONCENTRADO - 100 % NATURAL, SEM ADICAO DE ACUCAR, SEM CORANTES, CONSERVANTES E OUTROS ADITIVOS QUIMICOS, PRESERVANDO TODAS AS VITAMINAS E ELEMENTOS NATURAIS DA UVA. VASILHAME DE VIDRO 1,5 LITROS, TAMPA METALICA, ROTULO CONTENDO A DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E NUMERO DO LOTE.	UNIDADE	aliansa	300	15,00	4.500,00
108	BISCOITO SEM GLUTEN E SEM LACTOSE, EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 150 A 200G. SABOR: LARANJA, COCO E LEITE.	Pacotes	jasmini	200	10,50	2.100,00
109	IOGURTE NATURAL, PRODUTO OBTIDO ATRAVES DE LEITE OU LEITE RECONSTITUIDO PADRONIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 500 ML. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE	Unidades	tirol	500	11,50	5.750,00

	IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, INFORMACOES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. VALIDADE MINIMA DE 20 (VINTE) DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (NAO BEBIDA LACTEA).					
111	AGUA MINERAL. SEM GAS. EMBALAGEM CONTENDO 510 ML.	DUZIA	trezetilias	500	12,00	6.000,00
114	MANTEIGA COM SAL ZERO LACTOSE, EMBALAGEM DE 200G. INGREDIENTES: CREME DE LEITE, CLORETO DE SODIO, ENZIMA LACTASE E CORANTE NATURAL URUCUM.	UNIDADE	tirol	50	16,00	800,00
115	UVA PASSA BRANCA SEM ADICAO DE ACUCARES, MEL E ADOCANTE .EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	Unidades	sabor e saude	200	10,00	2.000,00
120	DOCE DE FRUTA CREMOSO SEM ADICAO DE ACUCAR: DIVERSOS SABORES. EMBALAGEM DE 250GR. VALIDADE NAO INFERIOR A 12 MESES NA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. COM EMBALAGEM E ROTULAGEM MINIMA CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.	Unidades	naturel	200	16,00	3.200,00
121	CARNE FRANGO, PEITO MOIDO, CONGELADA, MAXIMO 10% DE GORDURA, SEM CARTILAGENS E OSSOS, EMBALADA EM PLASTICO DE POLIETILENO, ATOXICO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, DATA DE VALIDADE, PESO DO PRODUTO, NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/DIPOA E CARIMBO DE INSPECAO DO SIM, SIE OU SIF. EMBALAGEM CONTENDO 1KG.	Kilogramas	mais frango	600	26,00	15.600,00
122	PASTA DE AMENDOIM, SE ADICAO DE ACUCAR, EMBALAGEM CONTENDO 450G.	Unidades	colonia	100	15,00	1.500,00
124	LENTILHA, CLASSE: GRAUDA, TIPO 1, SAFRA NOVA, GRAOS INTEIROS E SAOS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIEIS, EMBALAGEM CONTENDO 500G, TRANSPARENTE E COM DATA DE VALIDADE.	Unidades	caldao	200	7,00	1.400,00
125	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM DE 1 KG. FARINHA DE ARROZ OBTIDA A PARTIR DA MOAGEM DE GRAOS SELECIONADOS DE ARROZ POLIDO. COR BRANCA TIPICA, ODOR E SABOR CARACTERISTICOS, TRIGO DURO, LIMPO, DESGERMINADO, COM UMA EXTRACAO MAXIMA DE 20%, COM NO MINIMO 7% DE PROTEINA, UMIDADE MINIMA ENTRE 13,5 A 15% DE CINZAS ATE O 0,80%, FAILING NUMBER MINIMO DE 240 SEGUNDOS, AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DETERMINADOS PELA PORTARIA 354, DE 18 DE JULHO DE 1996. EMBALAGEM EM CONFORMIDADE COM A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE, CONTENDO DATA DE FABRICACAO, A QUAL NAO DEVE SER SUPERIOR A 30 DIAS NO ATO DA ENTREGA, VALIDADE MINIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	Pacotes	risovita	50	8,80	440,00

	SERA REALIZADO O PEDIDO CONFORME OS NUMEROS DE ALERGICOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.					
126	CARNE SUINA MOIDA, CONGELADA, SEM APONEUROSES, PROPRIEDADES ORGANOLEPTICAS NORMAIS. DEVEM SEGUIR OS PADROES MICROBIOLOGICOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUCAO RDC NÂ° 12 DE 02/01/2001 ANVISA/MS. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVERA SER SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATOXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, CONTENDO PESO LIQUIDO DE 01 KG. AS EMBALAGENS DEVEM SER IDENTIFICADAS COM O NOME DO PRODUTO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, SIF, REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE.	Kilogramas	friprando	500	24,99	12.495,00
127	GRANOLA, SABOR TRADICIONAL, EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. SEM ADICAO DE ACUCAR.	Unidades	sabor e saude	200	21,00	4.200,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de até **R$ 329.786,30 (trezentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;

b) O Edital da Licitação;

c) A Proposta do contratado;

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender às especificações anteriormente citadas, sendo que os objetos licitados deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria e Educação e CRAS devendo a vencedora proceder à entrega da mercadoria de acordo com Termo de Referência, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, nos locais indicados pelo setor requisitante e sem custos adicionais.

2.1.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá transferir, no todo ou em parte o objeto, SENDO VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO.

2.2. O objeto deverá ser cotado e entregue em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.3. Os produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, sendo que os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante, não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

2.4. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

2.5. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
2.5.1. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.
2.6. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
2.7. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos contratos decorrentes das atas de Registro de Preços respeitando os limites dos artigos 125 e 126 da Lei 14.133/2021, ser acrescidas ou suprimidas.
2.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 140 da Lei 14.133/2021, e será realizado da seguinte forma:
3.1.1. Provisoriamente:
a) pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em se tratando de obras e serviços;
b) de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em se tratando de compras.
3.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.
a) por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em se tratando de obras e serviços;
b) por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em se tratando de compras.
3.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
3.3. No momento do recebimento do objeto, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.
3.3.1. No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos/serviços recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos e os serviços refeitos.
3.3.2. Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à licitante detentora da Ata de Registro de Preços, sem qualquer ônus para o Município.
3.3.3. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a licitante detentora da Ata de Registro de Preços estará sujeita às sanções previstas no edital e na Lei.
3.4. Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.5. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento ou da fiscalização, for constatado que se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

3.5.1. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

3.6. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.9. Caso o objeto ou serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA QUARTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.1.1. A fiscalização da presente ATA ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s): **Jonilce Moreira dos Santos.**

4.1.2. Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto da presente ATA, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.3. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS E DAS ALTERAÇÕES

5.1. Do reajuste e da revisão

5.1.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
5.1.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos contratos decorrentes das atas de Registro de Preços respeitando os limites dos artigos 125 e 126 da Lei 14.133/2021, ser acrescidas ou suprimidas.
5.1.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
5.1.5. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
5.1.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do artigo 124, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14133/2021.
5.1.7. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado, bem como as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, não poderão transfigurar o objeto da contratação.
5.1.8. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei 14.133/2021.
5.1.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
5.1.10. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

5.2. Das Atualizações

5.2.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor),** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
5.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
5.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
5.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
5.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. Das alterações
5.2.7. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.8. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

6.1.1. Quando se tratar de fornecimento de produto, o documento fiscal deverá ser emitido pela fazenda do estado, com a identificação da inscrição estadual e o recolhimento de ICMS.

6.1.2. Quando se tratar de prestação de serviços, o documento fiscal deverá ser emitido pela fazenda do município, com a identificação da inscrição municipal e o recolhimento de ISS.

6.1.3. Quando se tratar de fornecimento de produtos e serviços pelo mesmo fornecedor, as notas apresentadas (produtos e serviços) deverão totalizar o valor da proposta vencedora.

6.1.4 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante

6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação.

6.2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – Rua Adolfo Soletti, nº 750, Centro, Frei Rogério, SC, CNPJ nº 01.616.039/0001-09.

6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br).

6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Cabe ao Município:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

7.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

7.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e na presente Ata de Registro de Preços;

7.1.7. Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;

7.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
7.1.9. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;
7.1.10. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, bem como sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato.
7.1.11. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.13. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123, § único da Lei 14.133/2021.
7.1.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (dias).
7.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.2. Cabe ao FORNECEDOR:
7.2.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, Ata de Registro de Preço ou documento equivalente e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
7.2.2. Executar o objeto de acordo com o Termo de Referência, projetos e memorial descritivo, quando for o caso, e anexos do presente edital, bem como, exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais/serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
7.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
7.2.4. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
7.2.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.2.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
7.2.7. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.
7.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
7.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
7.2.10. Quando requerido, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.2.12. Ainda, o Fornecedor se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso.

7.2.13. Deverá o Fornecedor assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Município.

7.2.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.2.15. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.2.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.2.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.2.22. Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

7.2.22.1. A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

8.2.4.2. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.2.4.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

a) Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

b) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preço não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preço poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do
art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
8.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA NONA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O registro do fornecedor poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
9.1.1. Pela Administração, quando:
a) O fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b) O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c) O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 137 e seus incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores;

d) Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

9.1.2. Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

9.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no subitem 9.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

9.4. No caso do fornecedor não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no Diário Oficial dos Municípios -DOM, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

9.5. A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

9.7. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

9.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.9. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

9.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a) Pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b) Pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
10.2.3. Indenizações e multas.
10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
11.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

Entidade – Prefeitura Municipal de Frei Rogério
04.001 – Secretaria M. de Educação
2.038 – Manutenção da Merenda Escolar
Entidade – Fundo Municipal de Assistência Social de Frei Rogério
10.001 – Fundo Municipal de Assistência Social de Frei Rogério
2.064 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA
12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS
13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO
14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitibanos/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
E, por estarem as partes justas e compromissadas, assina a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Frei Rogério, 22 de abril de 2026.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Ivo José Mazzuco
Prefeito

OUROLIMPE ATACADISTA LTDA
Airton Silva Motta
FORNECEDOR

Jonilce Moreira dos Santos
Nutricionista
Fiscal